

7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 19 e 20 de junho de 2001.

Horário: 8:00h

Local: Recife/PE.

Endereço: Ministério Público Federal, Av. Agamenon Magalhães, nº 1800 - Espinheiro - Recife/PE.

REGISTRO DE PRESENÇAS

Representação governamental: 10

Ministério da Justiça suplente	Ismaelita Maria Alves de Lima
Ministério da Saúde titular	Sheila Miranda da Silva
Ministério do Esporte e do Turismo suplente	Ernani Cardoso Filgueiras
Ministério do Trabalho e Emprego titular	Iêda Ribeiro Dias dos Santos
Ministério do Trabalho e Emprego suplente	Sérgio Augusto Delgado Perdigão
Ministério das Comunicações titular	Zuleide Guerra Zerlotini
Ministério dos Transportes titular	Ernesto Augusto Lucas Neves
Ministério da Cultura suplente	Marília Eustáquia Couto Rocha Mello
Ministério Público Federal titular	Maria Eliane Menezes de Farias
Ministério Público do Trabalho titular	Maria Aparecida Gugel

Representantes das Entidades não Governamentais: 10

SOB - suplente

Marcos Meiga Motta

UBC - suplente

Carlos Ajur Cardoso Costa

FBASD - titular

Maria Thereza Almeida Antunes

ABRA - titular

Marisa Furia da Silva

FEBIEX - titular

Maria José Calheira L. T. da Silva

FENEIS - titular

Lúcia Severo da Costa

FENAPAEs - suplente

Elpídio de Araújo Neris

CNC - suplente

Janilton Fernandes Lima

OAB - titular

Herilda Balduino do Souza
ONEDF - titular
Regina Lúcia Barata Pinheiro

Convidados:

Sr. Manoel Aguiar - Superintendência Estadual de Apoio a Deficiência - SEAD/Recife-PE;
Dr. Arthur Azambuja - Procurador do Trabalho - MPT/Recife-PE;
Dra. Leila de Matos Bertasso - Fundação Banco do Brasil;
Dra. Denise Lapolla - Ministério Público do Trabalho - MPT/SP.

Entidades Representativas do Movimento Social Pernambucano

Coletivo Refazenda; Associação de Pais e Amigos de Portadores de Síndrome de Down; Associação Paulistense de Cegos; Centro Pró Integração Cidadania e Arte; ONEDF-PE; Associação dos Deficientes Motores de Pernambuco; Associação Desportiva dos Deficientes de Caruaru; Associação da Pessoa Portadora de Deficiência dos Funcionários do Banco do Brasil; Equipe Estadual da FCD; Associação Estadual para Pessoas com Necessidades Especiais; Associação dos Deficientes Gerais de Jaboatão; FEBIEX/PE; Centro Especial NeuroPsicológico; Escola Padre Antônio Righi; Sociedade Pestalozzi de Recife; Unidade de Educação Integrada; Associação de Pais de Autista; CENESP; Instituto de Cegos; Centro Especial de Pernambuco; Centro de Apoio Técnico do Ministério Público; Prefeitura de Olinda; Clube dos Ostomizados de Pernambuco; Clube Esportivo sobre Rodas; Associação Pernambucana de Cegos; Chefe de Serviço da CORDE/PE; Secretaria de Ação Social de Camaragibe; Sociedade de Cegos do Rio Grande do Norte, Coordenação Geral da CORDE/PE.

PAUTA:

Dia: 19/06/2001 - manhã
Horário: 8:00 às 15:00h

Abertura

Com a leitura de um dos princípios da Carta do 3º Milênio da Rehabilitation International, foi aberta a Sessão, seguindo-se à composição da mesa, pelas seguintes autoridades; Conselheira Dra. Maria Thereza Antunes de Almeida; representando o presidente do CONADE - Embaixador Gilberto Vergne Saboia; Dr. Arthur de Azambuja Rodrigues - Procurador do Trabalho em Recife; Dr. Dilson Peixoto - Presidente da Câmara Municipal de Recife; Dra. Ana Farias - Secretária Municipal da Política de Assistência Social, representando o Prefeito de Recife, Sr. João Paulo de Lima e Silva; Dr. Gentil Duque Porto, Diretor de Saúde da Secretaria do Estado de Saúde, representando o Dr. Guilherme Robalinho - Secretário de Estado de Saúde e o Governador do Estado, Sr. Jarbas Vasconcelos; Dra. Ismaelita Maria Alves de Lima - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE; Sr. Manoel Aguiar da Superintendência Estadual de Apoio à Deficiência e o Sr.

Antônio Muniz - Presidente do Conselho Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência de Pernambuco. Inicialmente, a palavra foi concedida a Dra. Maria Thereza A Antunes, que deu as boas vindas aos participantes e fez pronunciamento acerca do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE (Discurso anexo à Ata). Em seguida, Dr. Arthur Azambuja expressou a importância da participação do Ministério Público do Trabalho e o esforço que vem sendo empreendido, pela inserção da Pessoa Portadora de Deficiência no Mercado de Trabalho. O Sr. Dilson Peixoto enfatizou a importância de sediar a reunião de tão importante instrumento de proteção e defesa na causa da PPD e saudou aos presentes em nome do Legislativo Pernambucano; o Dr. Gentil Porto se pronunciou, ressaltando a participação dos atletas PPD nas Olimpíadas de Sidney e da importância do Superintendente Estadual Sr. Manoel Aguiar, por sua postura, compromisso e liderança; Dra. Ana Farias, informou da recente criação da Secretaria de Assistência Social, buscando a democratização dos serviços públicos e a inserção das Pessoas Excluídas; Sr. Antônio Muniz saudou as autoridades e os representantes do movimento social pernambucano, e, o Sr. Manoel Aguiar, saudou a todos, agradecendo a presença dos conselheiros do CONADE, do Ministério Público do Trabalho, de todas as Entidades Representativas, das Autoridades governamentais, das Entidades Prestadoras de Serviços, ratificando seus compromissos por uma melhor qualidade de vida para todos, e, em seguida relatou as ações da Superintendência Estadual de Apoio a Deficiência de Pernambuco (Anexo à Ata).

Em prosseguimento à solenidade, deu-se a apresentação individual de cada Conselheiro do CONADE e das Entidades Representativas do Movimento Social em prol da Pessoa Portadora de Deficiência de Pernambuco. A Conselheira Maria Thereza , relatou sucintamente, as ações empreendidas pelo CONADE, e, o Conselheiro Sr. Carlos Ajur agradeceu em nome dos conselheiros presentes, a receptividade e a repercussão política de Pessoas Portadoras de Deficiência Visual, como o Sr. Manoel Aguiar, Sr Antônio Diniz, entre outros, mostrando suas potencialidades na Administração Pública de Pernambuco. Em seguida, houve a projeção do Vídeo Institucional da SEAD, desfazendo-se a Mesa de Abertura.

Audiência Pública - "A Inserção da Pessoas Portadora de Deficiência no Mercado de Trabalho do Estado de Pernambuco".

Inicialmente, foi composta a mesa de abertura com as seguintes autoridades: Dr. Guilherme Mastrich Basso - Procurador Geral do Trabalho; Dr. José Janguê Bezerra Diniz - Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho - 6ª Região; Dra. Ana Maria Shuler Gomes - Presidente do Tribunal Regional do Trabalho; Dra. Maria Eliane Menezes de Farias - Subprocuradora Geral da República e Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; Dra. Maria Thereza Almeida Antunes - Presidente em exercício do CONADE e Dr. Fernando Vanderlindem - Representante da OAB e Presidente da Comissão de Defesa de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência . A partir deste momento , pronunciaram -se, inicialmente, o Excelentíssimo Sr. Guilherme Mastrich Basso , declarando aberta a audiência publica, seguido do Excelentíssimo Sr. José Janguê, que discorreu a partir de personalidades famosas como Aleijadinho,

Bethoveen, Dr. Ricardo Tadeu, entre outros, no intuito de demonstrar suas potencialidades , entretanto, ainda se conviver com o preconceito , cuja superação é um processo lento , mas pode ser agilizado pela inserção através da ação estatal e social . Discorreu ainda sobre o arcabouço legal existente, desde os Acordos Internacionais ratificados pelo Brasil a ampla legislação nacional, enfatizando a necessidade de mobilização para cumprimento das leis , buscando caminhos únicos que não comportem discriminação e exclusão . A Cons. Maria Thereza Antunes , ressaltou a importância da Audiência Pública , no sentido de estar propondo o comprometimento de todos em prol da Pessoa Portadora de Deficiência .O Dr. Guilherme Basso considerou a preocupação do Ministério Público do Trabalho, com referência ao combate à discriminação e a quebra de preconceitos , ressaltando que a Audiência Pública é uma forma de reunir interessados para discutir o assunto , buscando soluções e encaminhamentos para as diversas questões sobre o tema, e, encerrou a cerimônia de abertura.

Em prosseguimento , constituiu - se a mesa temática com as seguintes autoridades : Dr. Artur de Azambuja - Procurador do Trabalho , que expôs acerca dos objetivos da Audiência Pública e a apresentação de soluções concretas ; A Cons. Maria Aparecida Gugel - Subprocuradora Geral do Trabalho , discorreu sobre o Ministério Público do Trabalho e seus objetivos , função , princípios constitucionais e atuação na inserção da PPD no mercado de trabalho ; O Dr. Ricardo Tadeu Marques - Chefe da Procuradoria Regional de Campinas - SP , ressaltou a verdadeira batalha cívica pela inserção da PPD no mercado de trabalho , contextualizando - a ao longo da história , reforçando a necessária garantia de instrumentos para inserção , bem como , pela construção de uma sociedade justa e solidária. O Dr. Paulo Gustavo Guedes - Procurador da República , discorreu sobre o Ministério Público Federal e a questão da acessibilidade; A Dra. Maria Goreti Lira de Oliveira - Coordenadora do Núcleo de Combate à Discriminação nas Relações de Trabalho , enfatizou o combate à discriminação e a inserção no mercado de trabalho , através de parceria com a Delegacia Regional do Trabalho - DRT , o SINE e a Superintendência Estadual de Apoio a Deficiência, além da sistemática fiscalização às empresas empregadoras; O Dr. Carlos Alberto Simão - Representante da Karman Guia , apresentou o trabalho de sua empresa com PPD, através de vídeo institucional; O Dr. Paulo Horta Barbosa , representante do PLANFOR no Ministério do Trabalho e Emprego , informou acerca da gestora do programa em Pernambuco , Sra. Claudia Lira, e clarificou os objetivos da qualificação profissional pela necessidade de geração de renda e inserção no mercado de trabalho; e, a Sra. Aponice Veríssimo , servidora do Ministério Público do Trabalho em Recife , declarou aos presentes , como se deu o seu processo de inserção , ressaltando a questão do esforço próprio , de oportunidades , de qualificação profissional e valorização pessoal , entre outros . Seguiram - se os esclarecimentos , os agradecimentos e a assinatura do Protocolo de Intenções pelos representantes do Ministério Público do Trabalho , do CONADE , da Delegacia Regional do Trabalho , da Superintendência Estadual de Apoio a Deficiência e da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE .

19/06/2001
16:00 às 19:00h

-

tarde

Reunião das Comissões Permanentes

Neste período, as Comissões de Políticas Públicas, Comunicação Social, Articulação de Conselhos e Análise, Elaboração e Acompanhamento de Atos Normativos, estiveram reunidas, cumprindo pauta deliberada na reunião anterior.

Dia: 20/06/2001 - manhã

Horário: 9:00 às 12:00h

- Abertura

Dado a ausência simultânea do Presidente e Vice-Presidente, e em cumprimento ao Regimento, foi sugerido e aprovado pôr unanimidade, a indicação da Conselheira Dra. Maria Thereza Almeida Antunes, seguindo-se a apresentação individual dos Conselheiros, dos convidados e dos representantes do movimento social de e para as pessoas portadoras de deficiência de Pernambuco.

- Leitura e Aprovação da Ata Anterior

Ata foi lida e aprovada com correções.

- Explanação do tema, "A Aprendizagem do Adolescente Portador de Deficiência", Lei 10.097, de 20 de dezembro de 2000, pelo Dr. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, conselheiro suplente do Ministério Público do Trabalho e Chefe da Procuradoria Regional de Campinas -SP.

A Conselheira Dra. Maria Aparecida Gugel, justificou a ausência do expositor devido a compromissos profissionais que lhe impuseram retorno imediato à Campinas. Após breve debate, foi aprovada a retirada deste tema da pauta. A Conselheira Dra. Herilda Balduino de Souza, relembrou, entretanto, da importância de uma discussão aprofundada da legislação citada, propondo que fosse elaborado comentário pelo expositor e remetido aos conselheiros. A Conselheira Maria Aparecida Gugel informou acerca da Revista do MPT no prelo, contendo artigos referentes a Lei 10.097/00, de autoria do Dr. Ricardo Tadeu e Dr. Bernardo Leôncio, comprometendo-se a remeter aos conselheiros, e em outra oportunidade o expositor deverá retornar ao plenário do CONADE, para exaurir o assunto.

- Exposição de situações problemas referentes à Comunidade Surda - FENEIS, pela Conselheira Sra. Lúcia Severo da Costa

1. O uso dos serviços 0800 estar sendo impeditivo para quaisquer transações pôr haver problemas com o uso de terceiros (intérpretes).

Em sua explanação a Conselheira Lucia Severo, mencionou as inúmeras dificuldades enfrentadas pela comunidade com deficiência auditiva , tais como , bloqueio de cartão , pedidos de alterações no valor do crédito , solicitação de outro cartão , entre outros , por haver problemas com o uso de terceiros (

intérprete) , o que os impede de efetuar qualquer transação .Seguiram - se os debates com a participação de diversos conselheiros, tais como: Sra. Regina Barata acerca da (necessidade de ação do Ministério Público Federal), Sr. Sérgio Perdigão (sugere declarar deficiência no contrato, e autorização para uso de interprete com senha específica), Sra. Ismaelita Lima (sugere remeter à Conselheira representante do Ministério das Comunicações, com vistas a ANATEL, para ser resolvida pôr resolução); Sra. Marisa Furia (sugere recomendação do CONADE acerca dos problemas de comunicação com os demais cartões); Sr. Ernesto Neves (levanta a questão das empresas não terem atendimento especializado); Sr. Carlos Ajur (acerca dos limites, deveres e direitos da PPD); Sra. Aparecida Gugel (sugere que o CONADE oficie às administradoras de cartões de crédito, para que criem mecanismos para a comunidade surda e o Ministério Público Federal também faça recomendação as mesmas); Sra. Maria Eliane de Farias (refere-se a inclusão de todas as facilidades da sociedade inclusiva a todos, e, se propõe também a elaborar a recomendação às Administradoras de Cartões de Crédito); Sr. Ernani Filgueiras (propõe conta específica) e o Sr. Manoel Aguiar solicita a inclusão dos portadores de deficiência visual, no tocante ao retorno do comando de voz sintética aos Bancos 24 horas. Concluiu-se pelo encaminhamento de Ofício do CONADE às Administradoras de Cartões de Crédito, solicitando a criação de mecanismos de acesso aos serviços 0800 à comunidade portadora de deficiência visual e auditiva.

2. Promover maior divulgação do adesivo da "orelhinha", que representa o Símbolo Internacional da Surdez, e , as dificuldades para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, em razão da burocracia estabelecida pelos Departamentos de Trânsitos - DETRAN`s em diversos regiões do país.

Após a explanação pela Conselheira Lúcia Severo que ressaltou principalmente a ausência de profissionais especializados no trato com a pessoa portadora de deficiência auditiva, bem como, do desconhecimento das pessoas em geral do significado do adesivo da "orelhinha". Seguiram os debates com a participação dos seguintes conselheiros: Sr. Ernesto Neves (sugerindo propostas do CONADE ao Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, para tomada de medidas junto aos DETRAN`s); Sra. Ismaelita Lima (esclarecendo acerca da participação da CORDE, na Câmara Temática de Habilitação e Saúde do Departamento Nacional de Transito - DENATRAN, onde se encaminham sugestões para as resoluções emitidas pelo órgão; informa estar na pauta de discussões a exigência aos Centros de Formação de Condutores (auto-escolas) quanto a presença de profissionais especializados; informa também, da regulamentação dos símbolos internacionais da deficiência física e auditiva, e, pôr fim , sugere a solicitação de assento de representante do movimento social no CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito, dada as peculiaridades do segmento, que deverá ser dirigida ao Ministro da Justiça). A Sra. Regina Barata informa, acerca de projeto de modificação ao Código Nacional de Trânsito, objetivando eliminar a sinalização eletrônica, proposto pôr Deputado Federal (que deverá ser identificada dado ter ouvido no rádio). Informa ainda a posição contrária da ONEDEF, pois a sinalização é um avanço e tem evitado que outras pessoas se transformem em deficientes físicos, vítimas de acidentes de trânsito. Prossegue, informando acerca da ausência de

carros adaptados e instrutores especializados para PPD; a Sra. Maria Aparecida Gugel, solicita o projeto do Deputado Federal, para que a Comissão de Atos Normativos, possa se posicionar acerca do assunto, e, propõe recomendação ao CONATRAN para inclusão de divulgação dos Símbolos Internacionais da Deficiência Física e Auditiva.

3. Na Rede Bancária e Receita Federal, em razão do racionamento de energia, foram suprimidas os painéis luminosos que informam o caixa disponível, passando ao uso de senha de papel, inviabilizando o acesso da Comunidade com Deficiência Auditiva.

Após a explanação da Conselheira Lúcia Severo, a Conselheira Ismaelita Lima, informa que pôr ocasião da Oficina de Trabalho sobre Acessibilidade, convidará a representante da FENEIS, para contribuir na regulamentação do decreto;

Em síntese, cinco (05) deliberações foram aprovadas; 1º - Encaminhamento à Comissão de Atos Normativos do projeto que está propondo a alteração da sinalização eletrônica para elaboração de parecer; 2º - Recomendação ao CONTRAN, quanto à inclusão e divulgação dos Símbolos Internacionais da Deficiência Física e Auditiva; 3º- Recomendação ao DENATRAN, acerca da necessidade de instrutores especializados e carros adaptados nos Centros de Formação de Condutores; 4º - Recomendação ao Sr. Ministro de Justiça, solicitando assento à representante do movimento social no Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e, 5º- Encaminhamento de ofício à Administradora de Cartões de Crédito, solicitando a criação de mecanismos de acesso à comunidade portadora de deficiência visual e auditiva.

4 . Apreciação das Alterações e Aprovação do Relatório de Atividades do CONADE/2000

O Relatório foi aprovado, com correções feitas pelos Conselheiros.

5. Relatório das Comissões Permanentes.

- Comissão de Políticas Públicas

A Conselheira Sra. Herilda Balduino de Souza, informou do objetivo da comissão, em examinar e opinar sobre as políticas públicas, no que concerne ao atendimento de Pessoas Portadoras de Deficiência. Relata da dificuldade de cumprimento desta finalidade, por não ter tido acesso aos orçamentos e programas governamentais. Examinou apenas o orçamento da CORDE, por ser suporte ao CONADE, e estar disponível. Informou a verba de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para Campanhas Educativas, e propõe seja desencadeada a Campanha, ainda este ano, que suscite debate na sociedade sobre as políticas em defesa da Pessoa Portadora de Deficiência; solicita o envio de sugestões pelos conselheiros, para a escolha do tema, em

parceria com o Departamento de Promoção dos Direitos Humanos - DPDH e a CORDE, cabendo à comissão de Comunicação Social, o acompanhamento e a busca de meios. Informa que deverá ocorrer reunião extraordinária em Brasília, a ser marcada, com os conselheiros residentes em Brasília, para um exame a priori da realidade orçamentária da Saúde, Educação e Previdência e Assistência Social, de forma a poder propor na próxima reunião ordinária, o que o CONADE fará, para exigir da execução destas políticas (qual a que necessita maior incremento, bem como, a coleta de fundamentos para análise do orçamento 2002). Solicitou aos conselheiros representantes de órgãos governamentais, esforço em informar o orçamento 2001 e aos conselheiros de órgãos não governamentais, informar suas demandas. Houve manifestação de alguns conselheiros, quanto a Campanha Nacional (Cons. Maria Thereza sugeriu o reordenamento institucional com referência a inclusão no trabalho e na escola) e o Conselheiro Dr. Elpídio Neris quanto às condições para efetivar direitos fortalecendo os órgãos de execução. A Conselheira Ismaelita Lima relembra a demanda da CORDE, que é grande, e que deveria ser dirigida aos Ministérios, como é o caso da Acessibilidade, que é de responsabilidade municipal por legislação; todavia, leva a CORDE, a mudar a perspectiva do trabalho e investir na capacitação de técnicos, que levem à mudança da postura municipal. A Conselheira Herilda Balduino fala da necessidade de proximidade com a representação de órgãos governamentais, e se refere ao compromisso assinado pelo Brasil na Conferência Habitat II, em Istambul, em relação a "Cidade para Todos" onde a maior reivindicação dos países do Terceiro Mundo, foram os espaços de lazer e de fé. A Conselheira Ismaelita Lima informa, também, do Estatuto das Cidades, a ser sancionado pelo Presidente, em razão da temática da acessibilidade, que é interessante para análise da Comissão de Políticas Públicas e de Articulação de Conselhos. Neste momento, foi solicitado pelo Sr. Manoel Aguiar a possibilidade de ser organizada comissão, para ser recebida pelo Governador do Estado. Após considerações, e com base na manutenção do quorum e necessidade de cumprimento da pauta estabelecida, propôs-se por efetivar a visita mais tarde, ou o Secretário de Governo vir até a plenária, a depender dos contatos do Sr. Manoel Aguiar.

- Comissão de Articulação de Conselhos

A Conselheira Regina Barata informou acerca da demanda referente a implantação de Conselhos Estaduais e Municipais, bem como, visando os princípios de fortalecimento do CONADE, propondo 4 (quatro) critérios básicos:

- * Composição paritária;
- * Indicação de conselheiros titular e suplente, por parte das Secretarias Estaduais e Municipais de governo, de servidores especializados e/ou comprometidos com a causa da Pessoa Portadora de Deficiência;
- * Representação da Sociedade Civil correspondente a, pelo menos, seis (6) tipos de deficiências: física, visual, auditiva, mental, múltiplas e síndromes;
- * Incluir, entre suas atribuições, a articulação e a fiscalização de Políticas Públicas.

Seguiram-se questões de esclarecimentos; Sr. Marcos Motta, quantos aos critérios acerca das áreas de deficiência, que dificultaria a participação dos Ostomizados, dado as intensa articulações que ocorrem na interior dos conselhos; A Conselheira Maria José menciona das discussões polêmicas acerca da diferença entre patologias e deficiências, onde ostomizados, doentes renais, hansenianos, não são considerados portadores de deficiências; A Conselheira Marisa Furia menciona de que as vagas para Entidades não devem ser limitadas; A Conselheira Herilda Balduino, considera preocupante a proposta, tendo em vista, a questão de hierarquia do Estado, acolhe o princípio da Paridade mas não indicaria os demais. A Conselheira Maria Aparecida Gugel, opina de que a previsão deve ser do mínimo e a sociedade decide dentro suas relações . Posto em votação as propostas da Comissão de Políticas Publicas e Articulação de Conselhos, foram assim aprovadas : À Comissão de Políticas Publicas : 1) Remessa dos Orçamentos das Políticas Publicas ; 2) Sugestões de propostas para a Campanha Nacional ; 3) Envio de demandas dos representantes da Sociedade Civil , até 27 de julho; 4) A Comissão de Comunicação Social deverá acompanhar a execução do projeto da Campanha Nacional . À Comissão de Articulação de Conselhos : foi aprovado na íntegra os Critérios Básicos para implantação de Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos .

- Comissão de Comunicação Social

O Cons. Ernesto Neves informou das sugestões para a Campanha Nacional enviados pela Cons. Maria Aparecida Gugel , que entre outros , refere-se à mudança de hábitos e costumes acerca da PPD , mostrando as potencialidades de todas as deficiências . Informou ainda , da elaboração de ofício a ser encaminhado ao sistema S (SESI , SENAI , SESC e SENAC) em relação ao uso correto da terminologia Pessoa Portadora de Deficiência . Referiu -se ainda as ausências dos Conselheiros Adilson Ventura e Lizair Guarino . Parabeniza e agradece a Cons. Maria Thereza Antunes no exercício da Presidência .A Cons. Regina Barata solicita que seja registrado em ata sua preocupação , de que não sejam utilizados fantoches para representar pessoas portadoras de deficiência , na Campanha Nacional .

- Comissão de Análise , Elaboração e Acompanhamento de Atos Normativos.

A Cons. Maria Aparecida Gugel , informa acerca de uma das propostas de atuação da comissão, que se refere ao acompanhamento e avaliação dos projetos de lei em andamento , pôr dificuldades de pesquisa na Câmara Federal . Apresenta a Moção sobre as campanhas publicitárias, dirigida a todos os Ministros de Estado , que foi aprovada na íntegra [PROCURAR MOÇÃO] . Apresenta Resolução [PROCURAR RESOLUÇÃO] decorrente da observação feita, na reunião anterior, pelo Conselheiro Flávio Arns, com relação a dificuldade de concessão da Bolsa-Escola, entre outros, tendo sido discutido a participação do Ministério da Educação na promoção mais efetiva da Educação Inclusiva. Informa, ter sido elaborada pelo Sra. Eugênia Fávero, por acerto anterior no CONADE. Após sua leitura, a Conselheira Maria Thereza pede esclarecimento acerca das creches, e das responsabilidades e dificuldades dos pais na decisão sobre o tipo de escola, pois o preconceito deles, leva-os a preferirem ver os filhos ociosos em casa, a vê-los incluídos na escola. A Conselheira Gugel, reflete ser um processo longo, em que várias fases devem ser cumpridas como, campanhas, resoluções para o MEC, entre outras, entretanto, o direito de opção é dos pais, a não ser que lhes tire o Pátrio Poder. O papel da sociedade discernida é esclarecer que o ideal é a inclusão, mas o direito de optar é dos pais em pô-los em escola especial, até porque não

existem muitas opções na rede regular, e o que se quer é que haja opção. A Resolução foi aprovada na íntegra. Neste momento, a Conselheira Regina Barata propôs 3 (três) assuntos, a serem analisados pela Comissão de Atos Normativos, a saber: 1º - O jornal "O Liberal" divulgou convênio sobre isenção de ICMS, nas operações internas com veículos automotores, do CONFAZ com a APAE, prorrogado até abril de 2003, autorizado nos estados do Pará, Espírito Santo, Distrito Federal e Santa Catarina. Solicita Resolução do CONADE, dirigida ao CONFAZ, para que estude este benefício para as outras entidades de PPD e aos demais estados, repassando a nota publicitária à Conselheira Maria Aparecida Gugel. 2º - O Projeto nº1790/99 do Deputado Eduardo Barbosa, decreta o dia 11 de setembro, como Dia Nacional das APAEs, justificando ser a maior rede representativa da PPD, enquanto também existem outras entidades. Solicita Parecer do CONADE, em razão do dia 21 de setembro que é o Dia Nacional de Luta pela PPD; o Sr. Antônio Muniz(Presidente do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência de Pernambuco) relembra o Congresso Nacional da Coalização da Pessoa com Deficiência, em 1982, que instituiu o dia 21 de setembro como o Dia Nacional de Luta das PPD, que é vivenciado no país para a luta contra o preconceito e a discriminação; a Conselheira Maria Thereza, relembra que também o dia 3 de dezembro é referenciado como o Dia Internacional da PPD. 3º - Encaminhará à Comissão a proposta do Deputado Federal, que propõe modificações ao Código Nacional de Trânsito, na extinção da sinalização eletrônica, propondo veto, pois esta foi um das grandes conquistas para a Pessoa Portadora de Deficiência.

5 . Explicação sobre "Oficina de Trabalho - Revendo o Ordenamento Jurídico e Conceitos na Deficiência Mental", Expositores: Dra. Margarida Araújo Seabra de Moura - Assessora da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down e a Conselheira Dra. Maria Aparecida Gugel.

Inicialmente, a Dra. Margarida A Seabra de Moura, mencionou a necessidade de rever o ordenamento jurídico, sugerida a partir do III Congresso Nacional de Síndrome de Down. Trata-se da necessidade de inserção das pessoas com deficiência mental, dentro do Programa "Ação com Dignidade", identificando

problemas graves, originados pelo acesso ao Benefício de Prestação Continuada e a pensão para filhos de funcionários públicos, que na prática, significa que estes beneficiários se forem incluídos no mercado de trabalho, são excluídos do benefício. Através da sua participação na Comissão de Direitos Humanos da OAB/RN, foi encaminhado Projeto de Lei , no que tange ao termo " louco de todo gênero " , em que os mesmos são tidos como absolutamente incapazes. Estes projetos tramitaram, mas permaneceu a questão das pessoas com condições de trabalhar, gerando a necessidade de rever o ordenamento jurídico. Em seguida a Conselheira Maria Aparecida Gugel, enfatiza a necessidade de entender o problema e serem tomadas providências imediatas. A direção dos participantes da oficina (juristas, técnicos, Ministério Público, entre outros), é que o CONADE, assumisse esta diretriz, fortalecendo-o como órgão representativo e reconhecido na sociedade. Propôs então, o encaminhamento imediato dos Pareceres ao Congresso Nacional: 1º - Alteração do Código Civil, para adequar a forma redacional dos artigos 3º e 4º; 2º - Proposta de alteração dando nova redação aos incisos I, III e IV do art. 16 e acrescentando a alínea d ao artigo 77, da Lei 8.213 , de 24 de julho de 1991; e, 3º - Propostas de alteração dos Parágrafos 2º e 3º, do artigo 20 da Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Os pareceres foram aprovados, como estavam propostos.

A Dra. Margarida esclareceu ainda, que os trâmites destes produtos, devem levar a um novo desenho do BPC (Benefício de Prestação Continuada), de forma que o PPD (deficiente mental) tenha um incentivo, de que, ao incluir-se no mercado de trabalho não venha perder o benefício, ou da possibilidade de perdê-lo em parte, pois como está posto, cerceia o princípio da dignidade. A Conselheira Ismaelita Lima, esclareceu que a comissão organizada para discutir o Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999, também tem a postura de que o BPC não impeça o PPD de trabalhar, e quando isso ocorrer, não seja o caso de exclusão imediata do benefício. Nas sugestões discutidas com a Previdência Social, pôr entender ser o benefício restritivo e impedir a reabilitação, menciona que a sociedade civil deveria discutir mais este programa, já implantando com êxito em países da América Latina, e apontar para a unificação do sistema de prestação impedindo a ausência de algumas políticas, cabendo ao CONADE, tomar para si esta responsabilidade. A

Conselheira Aparecida Gugel, informa acerca das próximas Audiência Públicas, a saber : 27 de julho em Salvador/BA; 3 de julho em Porto Alegre/RS , e, 4 e 5 de julho em Florianópolis/SC.

6. Assuntos Gerais

O Sr. Edson Carvalho representante da Prefeitura de Olinda/PE, refere-se a Lei 10.048 de Acessibilidade, reivindicando o não cumprimento dos prazos, no tocante ao acesso ao Transporte Público; enfatiza esta necessidade, principalmente no transporte de público de massa. A Conselheira Ismaelita Lima esclarece que na 1ª semana de julho, haverá oficina de trabalho, onde várias entidades de PPD estarão presentes, ficando posteriormente 10 (dez) dias em consulta pública, para que todos os envolvidos na temática, enviem sugestões. O Conselheiro Carlos Ajur menciona a situação de jovens que adquiriram o BPC e não tem estímulos para o trabalho; solicita seja organizada oficina de trabalho pela CORDE e o CONADE, para discutir com a SEAS/MPAS, este benefício. A Conselheira Ismaelita Lima esclarece algumas propostas da Comissão de Trabalho do Decreto 3.298, art. 30, avaliando a questão financeira visando incentivar a inclusão e flexibilização do BPC.

- Informativo acerca da VI Conferência Intergovernamental IberoAmericana de Cooperação Técnica para Políticas Integrals na Área da Pessoa Portadora de Deficiência e Idosos.

A Conselheira Ismaelita Lima sugere o envio de relatório aos conselheiros, dada a presença mínima neste momento da plenária. O Conselheiro Carlos Ajur também enviará relatório e agradece a oportunidade de participar do evento na posição de observador, teve acesso a muito material e articulou junto com outros representantes da sociedade civil, elaboração de documento de intenção, para o surgimento da Rede Ibero Americana Não Governamental, para o que convidou todos os presidentes de Federações Nacionais.

- Informativo acerca da Conferência Nacional dos Direitos Humanos

A Conselheira Regina Barata requisitou as fitas de gravação para elaborar relatório. Reconhece, entretanto, que a PPD ainda esta excluída, a ênfase

maior ainda está sobre a Mulher e o Negro. Considera que, sendo estas conferências preparatórias para a Conferência na África, torna-se importante encaminhar documento sobre PPD no Brasil. Após algumas considerações acerca de quem elaboraria, o plenário deliberou, que a própria ONEDEF o faria, e o Ministério Público Federal o ratificaria, tendo em vista que a Conselheira Sra. Maria Eliane de Farias, é membro do Conselho Nacional dos Direitos Humanos. O Conselheiro Carlos Ajur menciona acerca do Passe Livre Urbano que após sanção do Passe Livre Interestadual, tem sido cassado em alguns Estados brasileiros (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Amapá e Rio Grande do Norte), em virtude de mobilização dos empresários junto as Assembléias Legislativas. Sugere estudo pela Comissão de Análise e Elaboração de Atos Normativos, para proposição de Lei Federal que assegure este benefício. A Conselheira Ismaelita Lima esclarece acerca da autonomia dos poderes e a necessidade de fortalecimento do Movimento Social principalmente, com a criação dos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da PPD, havendo necessidade de respaldo a nível local, para evitar a total dependência do poder federal. A Cons. Regina Barata cita o exemplo da ONEDEF no Pará, como a única instituição com assento no Conselho Estadual e Municipal de Trânsito, já tendo conseguido que 10% da frota de 1600 ônibus, fossem adaptados. Após algumas ponderações, o Cons. Carlos Ajur, retirou sua proposta, ficando a cargo da FEBEC, realizar levantamento da situação e posteriormente informar ao CONADE. O Cons. Janilton Fernandes Lima, sugeriu ser importante convidar em outra ocasião, os presidentes da Confederação Nacional do Comércio - CNC, da Confederação Nacional das Indústrias - CNI, da Confederação Nacional de Transportes - CNT e da Confederação Nacional da Agricultura - CNA, para conhecer o Conade, suas demandas e seu funcionamento. O Cons. Carlos Ajur propõe e é aprovado, o encaminhamento de Moção de Agradecimento à Superintendência Estadual de Apoio a Deficiência na pessoa do Sr. Manoel Aguiar pela recepção, hospitalidade e apoio integral. A Cons. Maria Thereza Antunes, agradece aos Conselheiros e a Superintendência Estadual pela realização do evento. O Sr. Manoel Aguiar agradece em nome da Secretaria Estadual de Planejamento e da Superintendência Estadual de Apoio a Deficiência, reputando como sua obrigação apoiar o CONADE.

Deliberações

- Elaboração de 4 (quatro) Recomendações, originadas de demandas da FENEIS; 1- À Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito, para que crie mecanismos de acesso aos serviços 0800, à comunidade portadora de deficiência auditiva e visual.; 2- Ao Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, solicitando assento para representante do Movimento Social; 3- Ao Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, acerca da inclusão e divulgação dos Símbolos Internacionais da Deficiência Física e Auditiva nos manuais de trânsito, e, 4- Ao Departamento Nacional de Trânsito -DENATRAN/MJ, em relação a necessidade de profissionais habilitados e carros adaptados à PPD.
- Correção do Relatório do CONADE/2000 e Ata da I Reunião Extraordinária. Elaborar e enviar Moção de Agradecimento ao Sr. Manoel Aguiar.
- Da Comissão de Políticas Públicas: 1- solicitar programações orçamentárias do representantes governamentais, com prazo até 23 de julho; 2- solicitar a todos Conselheiros, sugestões para a Campanha Nacional, com prazo até 23 de julho; e, 3 - solicitar as prioridades e/ou demandas das Entidades Não Governamental, para fins de compatibilização.
- Da Comissão de Articulação de Conselhos - elaborar Resolução, acerca dos Critérios Básicos para implantação de Conselhos Estaduais e/ou Municipais de Direito PPD.
- Da Comissão de Comunicação Social ; Enviar ofício elaborado aos dirigentes do Sistema S - Confederação Nacional do Comercio (SESC e SENAC) e Confederação Nacional da Indústria (SENAI e SESI).
- Da Comissão de Atos Normativos: 1- enviar Moção acerca das campanhas publicitárias institucionais a todos os Ministros de Estado e a Comunicação Social da Presidência da República; 2- Encaminhar ao Ministério da Educação - MEC e Conselho Nacional de Educação - CNE, Resolução sobre inclusão da PPD no sistema regular de ensino; 3- encaminhar os Pareceres 2, 3 e 4 à Assessoria de Assuntos Legislativos, originados da Oficina sobre Ordenamento Jurídico da FBASD.

Sugestões de Assuntos para a Próxima Reunião

- Excesso de exigências de modificações de Estatuto às Entidades para fins de registro;
- Empresas que querem cumprir a Lei de Cotas, fazendo contrato com as Entidades para empregar PPD;
- Convidar o Chefe do Setor de Utilidade Pública Federal e da Coordenação da Comissão de Normas do CNAS, acerca da concessão de certificado de funcionamento, por ocasião da reunião em Brasília.

Encerramento

A reunião foi encerrada às dezessete horas, com os agradecimentos da Presidente em exercício. Esta Ata vai por mim assinada, Maria das Graças Bibas, que a redigir com base nas gravações, que se encontram arquivadas na Secretaria Executiva do CONADE.